



## Reforma da Previdência pode ser finalizada nesta semana

As duas últimas sessões de discussão estão marcadas para amanhã e quarta-feira. Se cumprido o calendário, a PEC estará pronta para votação em segundo turno na própria quarta

O Plenário pode votar nesta semana, em segundo turno, a proposta de reforma da Previdência. Entre outras medidas, o texto muda a idade mínima para aposentadoria, que passa a 65 anos para homens e 62 para mulheres, e acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição. A estimativa de economia com a proposta é de cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos.

A reforma foi aprovada em primeiro turno em 2 de outubro, quando os senadores derrubaram um dispositivo que mudava as

regras do abono salarial.

Antes, o Plenário precisa votar duas medidas provisórias que trancam a pauta. Uma delas autoriza a prorrogação, por dois anos, de 30 contratos temporários de pessoal na Força Aérea ao custo de R\$ 6,6 milhões. Os contratos se referem à conclusão do projeto do avião cargueiro KC-390, da Embraer.

A segunda medida provisória, que tramita como projeto de lei de conversão, mantém 819 servidores requisitados do Executivo na Defensoria Pública da União. **3**



Pedro Franco/Agência Senado — 2/10/2019

Outro projeto em pauta é o que estipula percentagens dos recursos do pré-sal que caberão a União, estados e municípios

### Está pronto para votação exame toxicológico para posse de armas

Proposta altera o Estatuto do Desarmamento, obrigando que o exame seja do tipo de larga janela de detecção, que analisa amostras de cabelo, pelo ou unhas e detecta o uso de substâncias proibidas como cocaína, crack e anfetaminas. A avaliação deverá ser feita em instituição credenciada pelo poder público e revalidada no mínimo a cada três anos. **3**

### Mesário e doador de livro podem ficar isentos de taxa de concurso

Aguardam relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dois projetos que tratam de isenção de taxa de inscrição para concursos públicos. O primeiro beneficia mesários que trabalharam nas eleições. Também serão contemplados, em caso de aprovação, pessoas que doarem livros a bibliotecas públicas. As duas propostas são de Veneziano Vital do Rêgo. **2**



Agência Petrobras

Estados que têm plataforma da Petrobras em seu litoral receberão mais

### Senado avalia nova distribuição para R\$ 73 bilhões do pré-sal

O Senado vai analisar o projeto resultante do acordo entre governadores, senadores e deputados sobre a divisão dos R\$ 10,9 bilhões provenientes do bônus pela exploração do petróleo que cabem a estados e municípios.

A mudança na emenda que estabelece percentuais para a transferência de valores aos estados e municípios, em

caso de leilão dos excedentes do regime de cessão onerosa referente à lavra do petróleo do pré-sal, já foi aprovada na Câmara e chegou ao Senado na quinta-feira. O novo critério para distribuição dos recursos considera os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e as perdas com desonerações previstas na Lei Kandir. **4**

**Texto reconhece natureza policial para agentes socioeducativos **3****

**Comissão discute relação entre Previdência e privatizações **4****

**Pensão a criança com microcefalia é tema de mais uma audiência **4****

**Colegiado deve votar isenção para passaporte de estudante **4****

### Mudança na aposentadoria de militares é tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos debate amanhã projeto que muda a previdência dos militares. O texto, que tramita na Câmara dos Deputados, aumenta de 30 para 35 anos o tempo de serviço necessário para que os militares passem à inatividade, entre outras medidas. A economia prevista é de R\$ 97,3 bilhões em dez anos.

No entanto, a reestruturação da carreira, com reajustes pontuais de soldos e criação ou modificação de adicionais e ajudas de custo, tem gerado polêmica, pois significará um aumento nas despesas de R\$ 86,8 bilhões em uma década. Com isso, a economia final com reforma dos militares deve ficar em R\$ 10,5 bilhões. **3**



Djolina da Silva Ribeiro/Exército Brasileiro

Texto também muda idade-limite de transferência de militares para reserva



# Projetos tratam de isenção de taxa em concurso público

Propostas de Veneziano Vital do Rêgo beneficiam quem tenha trabalhado como mesário nas eleições e quem tenha doado livros para bibliotecas públicas. Os textos aguardam definição de relator na CCJ

PESSOAS QUE TIVEREM exercido a função de mesário nas eleições ou que comprovarem doação de livros a bibliotecas públicas podem ter isenção ou redução na taxa de inscrição em concursos. É o que estabelecem dois projetos de lei em análise no Senado.

Os textos são de Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e estão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De acordo com o senador, os valores excessivos das taxas têm sido uma reclamação constante dos estudantes. Como exemplo, ele citou o último exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com taxa de inscrição no valor de R\$ 220.

O PL 4.657/2019 pode garantir a isenção ou a redução da taxa de inscrição em concursos públicos e processos seletivos para cargos e empregos na administração pública federal. A isenção da taxa valerá para os candidatos que comprovarem a doação de livro novo a biblioteca pública. Quem comprovar a doação de livro usado em bom estado terá direito à



Marcos Oliveira/Agência Senado - 8/10/2019

Para Veneziano, benefício aos mesários são poucos pelo serviço prestado

redução da taxa em 50%.

O benefício vale por apenas uma vez a cada livro doado. Quando for solicitar a isenção ou redução, o interessado terá que declarar não ter feito uso anterior do benefício em relação àquele livro. A prova da doação será uma declaração da biblioteca pública que recebeu o livro, com os dados da obra, o grau de conservação e a data da doação.

## Eleições

O projeto garante isenção da taxa de inscrição em concursos públicos e em processos seletivos para contratação por

tempo determinado ou para admissão de agente comunitário de saúde ou de combate a endemias. A isenção vale ainda para candidatos que tiverem trabalhado como mesários nas eleições.

O Código Eleitoral já estabelece o trabalho de mesário como critério de desempate na promoção de servidores, depois de observados os critérios previstos em leis ou regulamentos. Os mesários são dispensados do serviço pelo dobro dos dias de convocação. Para Veneziano, os benefícios ainda são reduzidos perto da relevância do serviço prestado.

## Paulo Paim parabeniza Abiy Ahmed Ali pelo Nobel da Paz de 2019

Paulo Paim (PT-RS) parabenizou na sexta-feira o primeiro-ministro da Etiópia, Abiy Ahmed Ali, ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2019. Ahmed Ali elaborou um acordo para acabar com o conflito de 20 anos com a fronteira Eritreia, que deixou mais de 80 mil mortos. Para o senador, a escolha foi justa e se deu pelas decisões firmes e diplomáticas para resolver o conflito. Paim ressaltou que Ali defende os direitos humanos, principalmente dos refugiados, independentemente de continente.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Hospital referência em diabetes pode cair, alerta Styvenson

Styvenson Valentim (Podemos-RN) lamentou em Plenário na sexta-feira que o hospital Ruy Pereira dos Santos, referência em cirurgias vasculares e tratamento do diabetes, possa fechar as portas. O principal motivo, informou, é a falha na estrutura da unidade, não diagnosticada antes da inauguração em 2010.

— Em junho, eu havia dito que o hospital corria risco de fechamento. Por qual argumento? Pela estrutura que está falha.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Canonização de Irmã Dulce é motivo de orgulho, diz Izalci

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou na sexta-feira em Plenário a cerimônia de canonização de Irmã Dulce, conhecida como o Anjo Bom da Bahia, que foi reconhecida no domingo pelo Vaticano como Santa Dulce dos Pobres. O senador lembrou que a religiosa será a primeira santa brasileira a ser reconhecida não apenas pelos milagres, mas também pela obra social que deixou para os mais necessitados. Para ele, o reconhecimento é motivo de orgulho para todos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Avós podem ter cinco dias de licença no nascimento de neto

Avós ou avós terão direito de se afastar do trabalho por até cinco dias em razão do nascimento dos netos. É o que propõe o senador Jean Paul Prates (PT-RN) no PL 5.181/2019, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta visa estimular o suporte familiar para o bem-estar do recém-nascido em seus primeiros dias, possibilitando o apoio dos avós

no momento de reordenação da vida familiar, em benefício da própria criança, informa o autor.

“Convém resguardar o auxílio representado por esses trabalhadores nesse momento de suma importância, fortalecendo os laços familiares e amparando as famílias mais necessitadas”, diz Jean Paul. O projeto aguarda designação de relator na CCJ, que decidirá de forma terminativa.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
<p><b>CDH Privatizações</b> 9h Audiência para debater Previdência e trabalho, com foco nas privatizações.</p> <p><b>PLENÁRIO Sessão não deliberativa</b> 14h Pronunciamentos e avisos da Mesa.</p> <p><b>MP 894/2019 Criança com microcefalia</b> 14h30 Audiência pública.</p>	<p><b>CDH Previdência dos militares</b> 9h Debate sobre a Previdência dos militares. Às 14h, sobre educação domiciliar.</p> <p><b>CAE Nome para o Banco Central</b> 10h Sabatina de Fabio Kanczuk.</p> <p><b>CRA Pesquisas sobre o cacau</b> 10h Debate sobre o cacau brasileiro.</p> <p><b>CE Pagamento de passaporte</b> 11h Entre 18 itens, o PL 861/2019, que isenta estudantes de pagarem por passaporte.</p> <p><b>CMA Grilagem e regulação fundiária</b> 14h Audiência para discutir grilagem, regularização fundiária e Amazônia</p> <p><b>CMO Plano Plurianual 2020–2023</b> 14h30 Emendas ao PPA 2020–2023 e ao PLOA de 2020. Às 15h30, audiência sobre desenvolvimento de atividades turísticas.</p> <p><b>MP 894/2019 Criança com microcefalia</b> 14h30 Análise do relatório.</p>	<p><b>CDR Vítimas de desastres naturais</b> 9h Na pauta de 9 itens, o PL 5.022/2019, que estabelece prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais.</p> <p><b>CAS Laqueaduras e vasectomias</b> 9h30 Entre 19 itens, o PLS 107/2018, que facilita laqueaduras e vasectomias.</p> <p><b>CCJ PEC paralela da Previdência</b> 10h Pauta de 32 itens. Às 14h, audiência sobre a PEC paralela da Previdência.</p>	<p><b>CI Plano Plurianual 2020–2023</b> 11h Emendas ao PPA 2020–2023 e ao Projeto de Lei Orçamentária de 2020.</p> <p><b>CRA Falência de produtor rural</b> 11h Audiência sobre o PLS 624/2015.</p> <p><b>CMA Multa para crime ambiental</b> 14h Entre 12 itens, o PLS 752/2015, que aumenta multa para crimes ambientais resultantes da atividade de grande escala.</p> <p><b>CMCVM Diagnóstico de câncer</b> 14h Emendas ao PLOA 2020. Depois, audiência para debater o PLC 143/2018.</p> <p><b>CMMC Agropecuária sustentável</b> 14h30 Audiência pública. Depois, emendas ao PLOA 2020.</p> <p><b>MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal</b> 14h30 Instalação e eleição.</p>	<p><b>CDH Pessoas com deficiência</b> 9h Entre 25 itens, o PLS 552/2019, que cria o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.</p> <p><b>CAE Comunicação sob demanda</b> 10h Debate sobre o PLS 57/2018, que regula a comunicação audiovisual sob demanda.</p> <p><b>CRA Pesca e turismo</b> 10h Audiência para debater desenvolvimento da pesca e do turismo no Brasil.</p> <p><b>CRE Embaixador para as Bahamas</b> 10h Sabatina de Claudio Raja Gabaglia.</p> <p><b>CCAI Lei Orçamentária Anual</b> 10h Emendas ao PLOA 2020.</p> <p><b>SESSÃO ESPECIAL Clube cearense</b> 16h 100 anos do Fortaleza Esporte Clube.</p> <p><b>SESSÃO ESPECIAL Médico e professor</b> 10h Comemoração da data dos médicos. Às 15h, celebração dos professores.</p>

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burtle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Senado pode finalizar reforma da Previdência

A expectativa é que o Plenário faça as duas últimas sessões de discussão da proposta em segundo turno amanhã e na quarta-feira. Com isso, poderá ser votada na própria quarta

O SENADO PODE finalizar nesta semana a análise do texto principal da reforma da Previdência. O Plenário terá as duas últimas sessões de discussão do texto amanhã e na quarta-feira. Se cumprido o calendário, a PEC estará pronta para votação em segundo turno na própria quarta.

A principal medida da PEC 6/2019 é a fixação de uma idade mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para a aposentadoria, extinguindo a aposentadoria por tempo de contribuição. O texto também estabelece o valor da aposentadoria a partir da média de todos os salários (em vez de permitir a exclusão das 20% menores contribuições), eleva alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS (hoje em R\$ 5.839) e estabelece regras de transição para os trabalhadores em atividade.

O objetivo da reforma, segundo o governo, é reduzir o rombo nas contas da Previdência Social. A estimativa de economia



Senadores também podem votar projeto sobre partilha do pré-sal

com a proposta é de cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos. O Congresso ainda vai analisar uma segunda proposta (PEC 133/2019) que contém alterações e acréscimos ao texto principal, como a inclusão de estados e municípios.

A reforma foi aprovada em primeiro turno no início do mês com 56 votos a favor e 19 contra. São necessários pelo menos 49 votos para aprovação de uma PEC. Os senadores derrubaram um dispositivo do texto que

veio da Câmara dos Deputados: as novas regras do abono salarial. Como se trata de uma supressão, essa mudança não provocará o retorno do texto à Câmara dos Deputados.

## Bônus do pré-sal

O Plenário também pode discutir a partir de terça-feira o projeto de lei que define novas regras para o rateio entre União, estados e municípios de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal a ser

realizado em 6 de novembro (PL 5.478/2019).

O leilão deve gerar R\$ 10,9 bilhões para os estados. A distribuição desse dinheiro é o centro de uma disputa entre o Senado e a Câmara. Os senadores haviam estabelecido que os recursos seriam divididos de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que privilegia as regiões com menor renda per capita. Porém, a Câmara retirou esse formato da norma que foi promulgada em setembro (Emenda Constitucional 102).

O PL 5.478/2019 é resultado de um acordo entre os parlamentares e os governadores. Ele prevê que o rateio entre os estados obedecerá a dois parâmetros: dois terços proporcionalmente aos índices de repartição do FPE e um terço segundo os critérios de ressarcimento da Lei Kandir. Como resultado, o texto aumentou as fatias destinadas a estados mais ricos, populosos e exportadores (leia mais sobre o assunto na

pág. 4). O projeto precisa receber o parecer do senador Omar Aziz (PSD-AM). Como já foi aprovado na Câmara, poderá seguir para sanção se passar no Senado sem alteração.

O Plenário também precisa votar duas medidas provisórias. Uma delas autoriza a prorrogação, por dois anos, de 30 contratos temporários de pessoal na Força Aérea ao custo de R\$ 6,6 milhões (MP 887/2019). Os contratos referem-se à conclusão do projeto do avião cargueiro KC-390, da Embraer. A MP 888/2019 mantém 819 servidores requisitado do Executivo na Defensoria Pública da União. A MP tramita na forma de projeto de lei de conversão.

Também podem avançar três outras PECs: a 42/2019, que revoga a isenção de ICMS sobre a exportação de grãos e minérios, a 19/2014, que inclui a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos fundamentais, e a 47/2012, que permite que os estados legislem sobre trânsito e transportes.

## Comissão de Direitos Humanos debate amanhã aposentadoria dos militares

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza amanhã, às 9h, audiência pública com foco no projeto que atualiza o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas. A previdência dos militares (PL 1.645/2019) aumenta de 30 para 35 anos o tempo de serviço necessário para que os servidores da Marinha, do Exército e da Aeronáutica

passem à inatividade. Também aumenta a idade-limite para essa condição, dependendo dos postos hierárquicos.

Pela proposta, a alíquota de contribuição ao sistema sobe de 7,5% para 10,5%, escalonada em três anos a partir de 2020. Pessoas que hoje são isentas da contribuição passam a pagá-la, como os pensionistas e os estudantes

das escolas preparatórias e de graduação das Forças Armadas. Segundo o Ministério da Defesa, as medidas levarão a uma economia de R\$ 97,3 bilhões em dez anos.

O ponto de conflito do texto é que ele reestrutura a carreira militar, com reajustes pontuais de soldos e criação ou modificação de adicionais e ajudas de custo, totalizando uma

despesa de R\$ 86,8 bilhões em uma década. Feitas as contas, a economia efetiva com o sistema dos militares seria de R\$ 10,5 bilhões no período.

Foram convidados o presidente da Federação Nacional dos Graduados Inativos das Forças Armadas, Marcio Rodrigues de Carvalho; o vice-presidente da Associação dos Militares das Forças Armadas

de São Paulo, Vanderley Carlos Gonçalves; vereador de Guaratinguetá (SP) Fabrício da Aeronáutica; o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Análises de Legislação Brasileira, Cláudio Lino; os advogados David da Silva Alves e Solange Moreira de Jesus; além de representante da Secretaria Especial de Previdência do Ministério da Economia.

## Projeto exige exame toxicológico para posse e porte de arma de fogo

Projeto de lei em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) exige resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção da autorização de posse ou porte de armas de fogo. O PL 3.113/2019 está pronto para pauta da CCJ.

A proposta de Styvenson Valentim (Podemos-RN) altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003), obrigando que o exame seja do tipo de larga janela de detecção, que analisa amostras de cabelo, pelo ou unhas e detecta o uso de substâncias proibidas como cocaína, crack e anfetaminas. A avaliação deverá ser feita em instituição credenciada pelo poder público e revalidada no mínimo a cada três anos.

O projeto permite que a Polícia Federal e as Forças Armadas submetam os proprietários de arma de fogo a exame de forma randômica,

a qualquer momento e de surpresa, durante o prazo da autorização. Styvenson destaca que o Estatuto do Desarmamento prevê a comprovação de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, mas que poucas vezes a confirmação é objetiva. "Nem sempre esse teste conseguirá detectar o usuário de drogas, ainda mais se este fizer apenas uso recreativo, que não tenha alcançado o vício", disse.

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), é favorável ao projeto. Ele ressaltou que o uso de drogas pode alterar as faculdades mentais, fazendo com que a pessoa cometa crimes. "Muitas pessoas que não conseguem praticar crimes de 'cara limpa' ingerem bebidas alcoólicas ou usam drogas para criar coragem. Não é recomendável, portanto, que um usuário de drogas tenha acesso a armas de fogo", justifica.

## Agente socioeducativo pode ter atividade policial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa em caráter terminativo o projeto que reconhece a natureza policial das atividades de agente socioeducativo e de agente penitenciário.

O PL 3.358/2019 está pronto para pauta na comissão. Se aprovado e não houver recurso para votação em Plenário, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

Dos senadores Major Olim-

pio (PSL-SP), Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a proposição altera a Lei 13.675, de 2018, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e disciplina a organização dos órgãos de segurança.

O Susp tem como órgão central o Ministério da Justiça e Segurança Pública e é integrado pela Força Nacional, pelos corpos de bombeiros militares e pelas polícias

civis, militares, Federal e Rodoviária Federal. Também fazem parte do sistema agentes penitenciários e guardas municipais.

De acordo com a justificativa da proposta, é necessário que os agentes socioeducativos sejam incluídos no Susp, pois eles têm atribuições similares às dos agentes penitenciários.

### Portuários

Para a relatora na CCJ, Juíza Selma (Podemos-MT), a proposta é conveniente e oportuna. Ela acatou emenda sugerida por Marcos Rogério (DEM-RO) para incluir um novo objetivo para a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social: "aperfeiçoar a segurança pública portuária, por meio do fortalecimento das guardas portuárias". A emenda ainda inclui os guardas portuários entre as categorias com atividade de natureza policial.



Texto iguala trabalho de agentes socioeducativos aos penitenciários



# Acordo redistribui R\$ 73 bi ganhos com o pré-sal

Novo critério para distribuição dos recursos considera os Fundos de Participação dos Estados e Municípios e as perdas com as desonerações previstas pela Lei Kandir

SE O SENADO aprovar o acordo costurado entre governadores, senadores e deputados sobre a divisão dos R\$ 10,9 bilhões provenientes do bônus de assinatura pela exploração do petróleo que cabem aos estados, Minas Gerais vai ser o maior beneficiário dos recursos, recebendo R\$ 849 milhões. O estado será seguido por Mato Grosso, com R\$ 665 milhões. Já Santa Catarina ficará com a menor fatia, de R\$ 189 milhões, além do Distrito Federal, que levará R\$ 64 milhões.

O projeto que promove a mudança na Emenda Constitucional 102 (PL 5.478/2019) foi aprovado na Câmara dos Deputados na quarta-feira e chegou ao Senado na quinta. A divisão dos recursos do petróleo direcionados a cada estado é resultado de um grande embate entre as bancadas estaduais, tanto na Câmara quanto no Senado, e colocou de um lado os estados do Norte e do outro, os do Sul.

A princípio, a PEC 98/2019 (que gerou a emenda alterada pelo acordo) previa que estados e municípios receberiam os recursos segundo os critérios dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), respectivamente. Esses critérios levam em conta, por exemplo, a desigualdade regional e a renda per capita.

A ideia de ratear segundo o FPE prosperou no Senado porque os estados têm apenas

três representantes na Casa. Nordeste e Norte somam mais estados que Sudeste, Sul, Centro-Oeste e DF juntos.

Caso a divisão fosse inteiramente feita pelo FPE, Roraima faturaria R\$ 610 do bônus de assinatura por habitante, contra os R\$ 32 pagos por habitante de São Paulo. Na prática, os estados mais pobres (e menos populosos) receberiam uma fatia proporcionalmente maior.

Ao chegar à Câmara com esse critério sobre o FPE e o FPM, a PEC não agradou aos estados mais ricos — exatamente os que mais perdem com as desonerações de exportações previstas pela Lei Kandir. Começou a disputa para derrubar o critério do FPE em troca de um que levasse em conta também os prejuízos pela isenção do ICMS nas exportações.

O resultado foi o PL 5.478/2019, que divide os R\$ 10,9 bilhões em três partes, colocando dois terços no critério do FPE e um terço no critério de reposições por perdas da Lei Kandir. O primeiro critério agrada os estados mais pobres, o segundo, os exportadores.

— Havia uma discordância quanto à utilização direta dos coeficientes do FPE, que estava no texto da PEC aprovada no Senado. O projeto de lei foi uma solução política mais célere para regulamentar a distribuição desses recursos — explica o consultor de Orçamento do Senado Flávio Luz.

Pelos cálculos da consultoria, o projeto diminui a margem de 17 estados do Norte e Nordeste e do DF. Por outro lado, o critério misto — de FPE mais Lei Kandir — aumenta os valores pagos a Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, que teve proporcionalmente entre os estados o maior aumento da PEC 98 para o PL 5.478/2019: de R\$ 94 milhões, passa a receber R\$ 633 milhões.

Carlos Viana (PSD-MG) comemorou os novos termos do acordo, que destinará a Minas Gerais R\$ 300 milhões a mais do que o previsto pela PEC anterior. O dinheiro é uma previsão do resultado da venda do direito de explorar petróleo na camada do pré-sal.

Estima-se que R\$ 73 bilhões podem ser arrecadados pela União no megaleilão do petróleo, marcado para 6 de novembro, já descontados os R\$ 33,6 bilhões que a União deve à Petrobrás.

Se o projeto for aprovado, a União terá direito a R\$ 48,9 bilhões (ou 67%). Outros 30% (R\$ 21,9 bilhões) serão divididos, metade para os estados e metade para os municípios. Por fim, os estados produtores receberão cerca de R\$ 2,19 bilhões, ou 3% do montante, por causa de uma emenda aprovada em favor dos estados confrontantes à plataforma continental, mar

## Distribuição de recursos do leilão do pré-sal para estados (R\$ milhões)

Estado	distribuição pela PEC 98/2019	distribuição pelo PL 5.478/2019	diferença entre a PEC e o PL
Acre	446,7	309,0	-137,6
Alagoas	541,1	392,3	-148,8
Amazonas	478,6	359,4	-119,2
Amapá	375,6	265,5	-110
Bahia	905,5	763,1	-142,4
Ceará	692,5	507,1	-185,3
Distrito Federal	71,9	64,1	-7,7
Espírito Santo	261,8	331,6	+69,8
Goiás	292,4	382,7	+90,3
Maranhão	731,5	564,4	-167
Minas Gerais	537,1	848,7	+311,5
Mato Grosso do Sul	185,5	252,7	+67,2
Mato Grosso	221,8	665,1	+443,2
Pará	714,6	705,8	-8,7
Paraíba	443,4	312	-131,4
Pernambuco	700,6	508,6	-192
Piauí	485,4	348,5	-136,8
Paraná	250,3	494,4	+244
Rio de Janeiro	326,1	178,2	-147,8
Rio Grande do Norte	457,5	329,1	-128,3
Rondônia	360,8	277,3	-83,5
Roraima	328,4	226,5	-101,8
Rio Grande do Sul	131,3	450,2	+318,9
Santa Catarina	113,8	188,9	+75
Sergipe	419,9	298	-121,8
São Paulo	93,9	632,6	+538,6
Tocantins	374,9	287	-87,8

Fonte: Consultoria de Orçamento do Senado Federal

territorial ou zona econômica exclusiva onde estejam geograficamente localizadas as jazidas de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos a serem explorados.

## Comissão debate MP sobre pensão por microcefalia

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 894/2019 debate hoje, a partir das 14h30, as regras para pagamento de pensão mensal, vitalícia e intransferível no valor de um salário mínimo para as crianças afetadas pelo Zika vírus que nasceram entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e que sejam beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Será o terceiro debate sobre a MP, que criou a pensão. Na terça-feira, pesquisadores e especialistas consideraram restritivos os critérios para a concessão. Para os familiares de crianças com a síndrome con-



Medida provisória foi debatida em duas audiências na semana passada

gênita do Zika vírus presentes à audiência da quinta-feira, os critérios limitam a reparação de muitas vítimas. Hoje, segundo a Lei 13.301, de 2016, as crianças que possuem a má formação

devido ao vírus podem receber o BPC durante três anos. De acordo com o Ministério da Cidadania, 3.112 crianças com microcefalia são beneficiárias do BPC atualmente.

## Passaporte sem custo para estudantes poderá ser votado

O projeto que isenta estudantes de pagarem pelo passaporte será votado pela Comissão de Educação (CE) amanhã. A condição básica é que a viagem ocorra para atividade de ensino, pesquisa ou extensão.

O projeto é do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e tem relatório favorável de Styvenson Valentim (Podemos-RN). Sendo aprovado, deverá seguir para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de onde, se for aprovado sem recursos ao Plenário, seguirá para a

Câmara dos Deputados.

Outros 17 projetos também podem entrar na pauta da CE de amanhã. Seis deles precisam ser examinados por outras comissões e 11 são terminativos, podendo ser finalizados na própria comissão.

Entre eles, há o PL 549/2019, de Leila Barros (PSB-DF), que amplia a proteção às torcedoras em estádios e ginásios, tem relatório favorável de Flávio Arns (Rede-PR) e já foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em abril.

## Colegiado discute amanhã prática da educação domiciliar

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove amanhã audiência pública para debater projeto que trata da educação domiciliar (PLS 490/2017). Do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE),

o texto permite aos pais ou responsáveis a oferta de educação domiciliar a seus filhos ou tutelados, prática chamada de *homeschooling*. O debate é uma sugestão da relatora, Soraya Thronicke (PSL-MS).

## Privatização é tema de audiência pública hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz audiência pública hoje, às 9h, para debater Previdência e trabalho, com foco nas privatizações. A reunião faz parte do ciclo de audiências proposto pelo presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), que já

abordaram assuntos como a reforma da Previdência, a PEC paralela, o aumento da pobreza.

Em 2019, a agenda de privatizações e concessões do governo foi ampliada: já foram realizados 29 leilões de estatais e outros 22 devem

ocorrer até o fim do ano.

Um balanço do Ministério da Economia divulgado este mês informou que a União levantou em 2019 R\$ 96,2 bilhões em privatizações, desinvestimentos, concessões e vendas de ativos, ultrapassando a sua meta para o ano.